

MAIS PROTEÇÃO ÀS MULHERES:

NOVAS CONQUISTAS E MELHORES
SERVIÇOS PARA GARANTIR A MULHERES
E HOMENS, ADULTOS E ADOLESCENTES,
SEUS DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS
REPRODUTIVOS

Balço 2003 – 2010

*Direitos Sexuais e
Direitos Reprodutivos*

*População Negra LGBT Homem Nordeste, e
Aleitamento Materno Amazônia Legal
Planejamento Recém-Nascidos*

*Criança Familiar Mulher
Adolescente e Jovem Pessoa com Deficiência*

Brasília – DF
2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Gabinete do Ministro
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM/PR

MAIS PROTEÇÃO ÀS MULHERES: NOVAS CONQUISTAS E MELHORES SERVIÇOS PARA GARANTIR A MULHERES E HOMENS, ADULTOS E ADOLESCENTES, SEUS DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

Balço 2003 – 2010

Série B. Textos Básicos de Saúde



Brasília – DF
2010

© 2010 Ministério da Saúde.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é da área técnica. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>.

Série B. Textos Básicos de Saúde

Tiragem: 2ª edição – 2010 – 5.000 exemplares

Houve impressão de 1ª edição, com tiragem de 500 exemplares, sem atribuição de ISBN

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, 5. Andar.

CEP: 70058-900 – Brasília – DF

Home page: www.saude.gov.br

Secretaria de Atenção à Saúde

Departamento de Ações Programáticas Estratégicas

SAF Sul, Trecho 02, Bloco F, Torre II, Edifício Premium, Térreo, sala18.

CEP: 70070-600 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3306-8114

E-mail: dapes@saude.gov.br

Home page: www.saude.gov.br/dapes

Área Técnica Saúde da Mulher

Departamento de Ações Programáticas Estratégicas

SAF Sul, Trecho 02, lote 56, Edifício Premium, Torre 02, Sala 17

CEP: 70070-600 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3306-8114

Home page: www.saude.gov.br/saudedamulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

Endereço: Via N1 Leste S/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos 3

Poderes - Zona Cívico-Administrativa

70150-908 Brasília DF

Telefone: (61) 3411.4246

Fax (61) 3327.7464

E-mail: spmulheres@spmulheres.gov.br

Home page: <http://www.sepm.gov.br/>

Coordenação:

Adson França

Elizabeth Saar de Freitas

Thereza de Lamare Franco Netto

Organização:

Adson França

Elizabeth Saar de Freitas

José Luiz Telles

Luiza Acioli

Marcela Distrutti

Mariângela Simão

Thereza de Lamare Franco Netto

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Secretaria de Atenção à Saúde.

Mais proteção às mulheres : novas conquistas e melhores serviços para garantir a mulheres e homens, adultos e adolescentes, seus direitos sexuais e direitos reprodutivos : balanço 2003-2010 / Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro. Secretaria de Atenção à Saúde. – 2.ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

28 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

ISBN 978-85-334-1787-8

1. Direitos sexuais. 2. Direitos reprodutivos. 3. Políticas públicas em saúde. I. Título. II. Série.

CDU 612.6.057:323.2

Catálogo na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2011/0084

Titulos para indexação:

Em inglês: More protection to women: new achievements and better services to ensure sexual and reproductive rights for women and men, adults and adolescents: review 2003-2010

Em espanhol: Más protección a las mujeres: logros nuevos y mejores servicios para garantizar a los hombres y mujeres, adultos y adolescentes, sus derechos sexuales y reproductivos: visión general de 2003-2010

Sumário

Apresentação	07
Políticas públicas	09
2003	10
2004	11
2005	13
2006	16
2007	18
2008	20
2009	22
2010	24

Apresentação

É com grande satisfação que o Ministério da Saúde e a Secretaria de Políticas para as Mulheres apresentam a presente publicação, resultado do esforço de dois setores governamentais no sentido de elencar os programas e ações realizadas no âmbito do Governo Federal, nos últimos sete anos, voltadas para o atendimento aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras.

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – Paism – criado há 25 anos e considerado marco histórico para a saúde das mulheres, incorpora o enfoque de gênero e o conceito de integralidade à implementação dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Este Programa já foi concebido como consequência da ampla mobilização das mulheres brasileiras por direitos e acesso.

No panorama internacional, o Brasil comprometeu-se com o Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (assinada em Belém/PA, 1994), da Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995), da Conferência sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e seu Protocolo Facultativo à Convenção (promulgado pelo Brasil em 2002).

O governo brasileiro, a partir do diálogo com a sociedade civil organizada, constrói uma nova forma de fazer política pública, o que coloca o país em situação de destaque no cenário internacional. Esse processo foi se fortalecendo nas últimas décadas, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003), o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e o lançamento, pelo Ministério da Saúde, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Desde a sua criação, em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres trabalha em conjunto com o Ministério da Saúde na criação, aperfeiçoamento e implementação de políticas que atendam às necessidades das mulheres brasileiras. O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente o seu capítulo 3 – “Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos” - é expressão desse espírito transversal nas ações governamentais e fruto do diálogo com a sociedade civil, inaugurando um novo paradigma na construção de políticas públicas.

Considerando o enfoque de gênero, os recortes racial e étnico e geracional, a integralidade da atenção e a promoção da saúde como eixos norteadores da ação, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, com preocupação em melhorar a atenção obstétrica, o acesso ao planejamento familiar, a atenção ao abortamento inseguro e à violência doméstica e sexual. Foram incorporadas a prevenção e o tratamento das DSTs e de mulheres vivendo com HIV/Aids, assim como das portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e de câncer ginecológico. Além disso, amplia as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas em suas especificidades e necessidades.

Avança também rumo à formulação de um modelo de atenção à saúde mental das mulheres sob o enfoque de gênero e incorpora diretrizes mais recentes emanadas da Política Nacional de Humanização e de organização de redes regionalizadas de atenção.

No contexto da atenção à saúde da criança, observa-se que as afecções perinatais constituem a principal causa da mortalidade neonatal precoce no Brasil, respondendo por mais de 80% dos óbitos. Essas altas taxas estão associadas aos baixos níveis socioeconômicos das mães, às condições deficientes de assistência à mulher durante a gestação e aos cuidados oferecidos ao recém-nascido durante e após o parto.

Diante desse contexto, faz-se necessário apoio das três esferas de gestão para a melhoria da qualidade da atenção ao pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, incluindo garantia de um pré-natal de qualidade, vaga nas maternidades para atender à parturiente; transporte seguro da gestante e recém-nascido, quando necessário; ampliação dos leitos de UTI e UCI neonatais; garantia de insumos e capacitação de recursos humanos; aumento do número de Hospitais Amigos da Criança e que praticam o Método Canguru.

Sabe-se também que o desenvolvimento social e econômico de um país contribui para diminuir a importância das afecções perinatais em comparação com outras causas de mortalidade neonatal, como as anomalias congênitas, que dependem de ações preventivas mais complexas.

Sem dúvida o levantamento aqui apresentado não é exaustivo, mas demonstra que as conquistas foram muitas: Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, Disque Mulher 180, Atenção à Saúde das Mulheres Negras, Diretrizes para Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos na integralidade da atenção à saúde das pessoas com deficiência, entre outras.

Sabemos que as demandas são crescentes e que novos desafios surgirão. Mas estamos certos de que a continuidade dessa política de ação conjunta e inovadora, além de explicar a expansão quantitativa e qualitativa da assistência e os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, também nos move em direção a novas conquistas que assegurem a todas as mulheres brasileiras, na sua rica diversidade, o direito à saúde.

Ministro de Estado da Saúde

Ministra da Secretaria de Políticas
para as Mulheres

Planejamento Familiar Criança Direitos Sexuais Direitos Reprodutivos Símbolos Anonimato Legal Criança
Criança Família Recém-nascidos Homem Planejamento Alencão LGBT
Homem LGBT Mulher Criança Família Alencão LGBT
Direitos Sexuais Direitos Reprodutivos
POLÍTICAS PÚBLICAS
Direitos Reprodutivos Mulher Direitos Reprodutivos

2003

- Publicada a Portaria MS/GM nº 1.893, que institui 1º de outubro como o Dia Nacional de Doação do Leite Humano.
- Publicada a Portaria MS/GM nº 1.930, que qualifica os estados para o recebimento de recursos adicionais para disponibilização da fórmula infantil às crianças expostas ao HIV verticalmente.
- Criado o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, em parceria com o Ministério da Educação e com a parceria da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Seu objetivo é desenvolver estratégias para a redução das vulnerabilidades de adolescentes e jovens por meio de ações de educação e orientação sexual, incluindo a disponibilização de preservativos e estratégias de participação juvenil.

O projeto Saúde e Prevenção nas Escolas está sendo desenvolvido em 600 municípios.

2004

- Publicada a **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Lançado o **Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal**, visando à redução da mortalidade materna, com a mobilização e participação de gestores das três esferas de governo e da sociedade civil organizada.
- Realizados dois “**Seminários Nacionais sobre Atenção Obstétrica e Neonatal Humanizadas Baseadas em Evidências Científicas**” para formação de multiplicadores para todas as unidades federais, como uma das ações prioritárias do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, para favorecer a difusão de boas práticas na atenção obstétrica e neonatal e contribuir com a implementação de estratégias para humanização da atenção obstétrica e neonatal no país.
- Publicada a Portaria MS/SAS nº 756, que estabelece normas para habilitação do Hospital Amigo da Criança.
- Publicada a Portaria MS/GM nº 1.258, que institui o Comitê Nacional de Prevenção do Óbito Infantil e Neonatal.

Redução da mortalidade neonatal no Brasil 1990-2000: 6,4%.

- Publicada a Portaria nº 2.406, em 5 de novembro de 2004, que institui o Serviço de Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher e aprova instrumento e fluxo para notificação.
- Lançado o **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004-2007)**, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que estabelece diretrizes, prioridades e metas quanto à autonomia, igualdade no trabalho e cidadania; educação inclusiva

e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres e gestão e monitoramento.

- Lançada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes Privados de Liberdade, em conjunto com o Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria Especial de Direitos Humanos, que visa a melhorar o atendimento em saúde a essa população, em especial a garantia dos seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

A revista inglesa Lancet (uma das mais qualificadas do mundo científico) destaca que o Brasil reduziu em 63% a mortalidade materna em 28 anos.

2005

- Regulamentada a **Lei do Acompanhante para o Pré-Parto, Parto e Pós-Parto** (Lei nº 11.108/2005), pela Portaria MS/GM nº 2.418.
- Publicada a **Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Decorrentes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes**, devidamente revisada e atualizada.
- Publicada a norma técnica **Atenção Humanizada ao Abortamento**, que desmistifica a abordagem e o processo de atenção para mulheres nos serviços de saúde. Publicação dirigida a profissionais de saúde, foi elaborada em parceria com setores de governo e especialistas nacionais.
- Instalada a **Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal**, importante instrumento para que o pacto se afirme como política de Estado.

Realizados 27 "Seminários Nacionais sobre Atenção obstétrica e Neonatal Humanizadas Baseadas em Evidências Científicas" em todas as unidades federadas com a participação de diretores (as) de serviços, obstetras, pediatras e enfermeiras(os), coordenados pela Área Técnica da saúde da mulher/SAS com apoio da ATS da criança e de aleitamento materno, ATS do adolescente e jovem, se constituindo em uma das ações prioritárias do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.

- Criada pela **Secretaria de Políticas para as Mulheres a Central de Atendimento à Mulher (Disque 180)**, serviço de utilidade pública, podendo ser acessado gratuitamente de qualquer terminal telefônico, móvel ou fixo, particular ou público, 24 horas por dia,

inclusive finais de semana e feriados. Seu objetivo é receber relatos de violência contra mulheres.

Total de atendimentos no Disque 180

ANO	Nº DE ATENDIMENTOS
2007	220.252
2008	272.212
2009	401.729

- Ampliado para 443 o número de serviços de referência em atenção integral a mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual em 27 estados e 60 serviços de referência na interrupção de gestação prevista em lei.
- Lançada a Política Nacional de Direitos Sexuais e de Direitos Reprodutivos, resultado de articulação que envolveu os Ministérios da Saúde, da Educação, da Justiça e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e as Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos.
- Lançado o Programa Nacional de Anemia Falciforme (PAF) e outras hemoglobinopatias, enfatizando as especificidades das mulheres em idade fértil e no ciclo gravídico-puerperal.
- Publicado o livro **Atenção à Saúde das Mulheres Negras**, como Perspectiva da Equidade no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.
- Publicada a cartilha sobre **Direitos sexuais e direitos reprodutivos**, como uma prioridade do governo, organizada pelos Ministérios da Saúde, da Educação, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e as Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos.

- Incluído o exame de sífilis em gestantes na lista de notificação compulsória com o objetivo de aumentar o registro desse agravo imprescindível para o monitoramento da transmissão vertical.
- Instalada a Comissão Tripartite, para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da legislação punitiva sobre o aborto, composta por representantes do poder Executivo, Legislativo e sociedade civil.
- Publicada a Portaria MS/GM nº 426, que instituiu no âmbito do SUS a Política Nacional de Reprodução Humana Assistida.

Atualmente, existem cinco Centros de Referência de Reprodução Humana.

2006

- Aprovado o Pacto pela Saúde, composto pelo Pacto pela Vida e Pacto em Defesa do SUS.
- Lançada a primeira Campanha pelo Parto Normal e Redução de Cesáreas Desnecessárias, em parceria com a Agência Nacional de Saúde (ANS).

Com o compromisso de melhorar a atenção obstétrica, a Anvisa, em conjunto com o Ministério da Saúde, regulamenta o funcionamento dos serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal, por meio da RDC nº 36; e o MS publica a Portaria nº 3.136, que define o repasse de incentivo financeiro para estados, Distrito Federal e municípios que se adequarem à RDC nº 36.

- Elaborado o Manual e do Caderno de Atenção Básica de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e do Marco Referencial de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens.
- Sancionada a Lei Maria da Penha, que dispõe sobre as ações de proteção para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, um marco na legislação brasileira em defesa dos direitos humanos das mulheres.
- Editada a Matriz Pedagógica para Formação de Redes de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual.
- Fortalecida a assistência às mulheres em privação de liberdade por meio da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

- Aprovada a Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, pelo Conselho Nacional de Saúde, que contou com a participação da SPM, Seppir, ministérios e sociedade civil.
- Disponibilizado, na página da internet da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o sistema Rede de Atendimento à Mulher, com informações sobre os serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência: www.spmulheres.gov.br.
- Publicada a Lei nº 11.265, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.
- Instituído o Projeto de Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinela (Viva), com a finalidade de conhecer melhor o perfil epidemiológico das violências e dos acidentes notificados pelos hospitais e serviços especializados de atendimento às vítimas de violência em todo o país.
- Publicada a Resolução RDC nº 171, que dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento de Bancos de Leite Humano (BLH).
- Publicada a Portaria MS/GM nº 2.193, que define a estrutura e funcionamento dos bancos de leite humano.

Evolução dos BLHs no Brasil:

2003 – 163 BLHs

2010 – 199 BLHs e 84 postos de coleta de leite humano

- Publicada a Portaria MS/SAS nº 567 de 10 de agosto de 2006, que institui no âmbito da Secretaria de Atenção à Saúde, Grupo de Trabalho para discutir, analisar e divulgar ações realizadas pela SAS relacionadas aos Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio.

2007

- Lançado o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia da aids e outras DSTs – atuação articulada entre Ministério da Saúde e Secretaria de Políticas para as Mulheres, com vistas ao enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades das mulheres e que contribuem para o crescimento das DST/HIV/aids. O plano é parte do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.
- Lançado o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.
- Publicada a Lei nº 11.474, que altera a Lei nº 11.265, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.
- Publicada a Portaria MS/GM nº 1.683, que aprova norma para implantação do Método Canguru, atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso.
- Criado o Programa Ibero-Americano de Bancos de Leite Humano, cuja Secretaria-Executiva está sob a responsabilidade do Brasil.
- Lançado o Plano Operacional para a Redução da Transmissão Vertical do HIV e da sífilis.
- Assinado o Decreto nº 6.286/2007, pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelos ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Saúde, José Gomes Temporão, que institui o Programa Saúde na Escola.
- Lançada a Política Nacional de Planejamento Familiar/Reprodutivo, que era uma das estratégias da Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos lançada em 2005.

Distribuição de 50 milhões de cartelas de anticoncepcional oral, 300 mil DIUs e 428 mil preservativos femininos, atingindo os 5.560 municípios brasileiros e beneficiando 31 milhões de mulheres em idade fértil, dentre outros métodos reversíveis, possibilitando a dupla proteção.

Inovação na compra de métodos nas farmácias populares, com subsídio de 90% do governo.

Aumento de 420% de vasectomias nos últimos 10 anos, atingindo 34.144 procedimentos.

Desde 2003, o número de laqueaduras dobrou. Em 2009, foram 61 mil cirurgias, significando mais acesso; e o MS já atingiu a meta do Mais Saúde, que era de 51 mil procedimentos em 2008.

Aquisição de 1,1 bilhão de preservativos.

Redução de 34% dos partos na adolescência nos últimos 10 anos.

- Realizada a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Aprovada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens no Conselho Nacional de Saúde.
- Publicado o documento **Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino no Brasil**, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério da Justiça, com a participação de ministérios, entidades da administração pública e da sociedade civil, com o objetivo de contribuir com a elaboração de políticas transversais que venham a propiciar às mulheres em situação de prisão a recuperação de sua autoestima, sua saúde, sua formação educacional e sua qualificação profissional.
- Sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 11.634, que dá o direito à parturiente de conhecer o hospital onde será o parto.

2008

- Regulamentada a vigilância epidemiológica da morte materna, estabelecida como prática obrigatória e de competência dos três níveis de gestão do SUS.
- Lançado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2008-2011.

Com base nos resultados da II Conferência de Políticas para as Mulheres, no PPA 2008-2011 e na Agenda Social do governo e coordenado pela SPM, participaram de sua elaboração 18 órgãos governamentais da administração pública federal, em parceria com representantes de mecanismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres.

- Implantados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, por meio da Portaria MS/SAS nº 154, com o objetivo de ampliar e apoiar a Estratégia de Saúde da Família na rede de serviços.
- Lançado o Programa Saúde na Escola, em parceria com Ministério da Educação, favorecendo o acesso de adolescentes aos serviços de saúde, em especial nas demandas em saúde sexual e saúde reprodutiva.

1.297 municípios já aderiram ao programa Saúde na Escola, beneficiando 1.547.325 alunos do ensino fundamental e médio.

- Publicada a Portaria MS/GM nº 2.799, que institui a rede Amamenta Brasil, estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na atenção básica.

- Publicada a Portaria MS/GM nº 2.800, que institui a rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal, estratégia de aprimoramento da competência do sistema público de saúde na área perinatal por meio de articulação das principais maternidades e unidades neonatais de médio e alto risco, no âmbito de cada estado das regiões norte e nordeste, para formação de serviços de atenção perinatal integrados e trabalhando com a lógica de rede de saúde.

Resultados alcançados pela Renospe em 2009:

– 67 profissionais capacitados no Curso de Gestão de Unidades Neonatais nas Regiões Norte e Nordeste.

- Realizada a II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas capitais brasileiras e no Distrito Federal.

Evolução das taxas de aleitamento materno no Brasil 1999-2008

	1999	2008
Mediana de AME	23,4 dias	54,1 dias
AME <4 meses	35,5%	51,2%

- Aprovada a Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, pelo Conselho Nacional de Saúde, que contou com a participação da SPM, Seppir, Meio Ambiente, Incra e sociedade civil.

Inaugurada a fábrica de preservativo em Xapuri, no Acre. Atualmente, são produzidos 100 milhões de unidades de preservativos masculinos/ano.

Publicada a Portaria MS/GM nº 1.707, que instituiu o processo transexualizador no SUS.

2009

- Lançada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
- Aprovada, no Conselho Nacional de Saúde, a Política de Saúde da População LGBT.
- Publicada a Portaria MS/GM nº 3.147, que institui a caderneta de saúde de adolescentes.
- Lançada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, que, entre outras ações, considera prioritário o estímulo à participação e a sua inclusão nas ações de planejamento de sua vida sexual e reprodutiva, enfocando as ações educativas, inclusive no que toca à paternidade.
- Lançado o **Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa**, da série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, com o objetivo de orientar os profissionais de saúde para os sintomas e problemas da mulher de meia idade nesse período.
- Lançado o Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil no Nordeste e na Amazônia Legal: Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades Regionais. Assinados pelos 17 governadores (as) das unidades federadas dessas regiões. Seu principal objetivo é reduzir em 5% ao ano as taxas de mortalidade neonatal e infantil em 256 municípios prioritários, responsáveis por 50% do total de óbitos.
- Implantado o Sistema de Informação do Câncer de Mama (Sismama), que identifica a distribuição das mamografias segundo indicação clínica, mensura o tempo de realização de exames e mostra a atuação dos profissionais e laboratórios responsáveis pelas mamografias e pelos exames citopatológico (de secreções) e histopatológico (biópsia) de mama em todo o país. Anualmente, o SUS realiza 3 milhões de mamografias e a meta do Mais Saúde para 2011 é chegar a 4,4 milhões.

- Lançadas as diretrizes **Direitos sexuais e direitos reprodutivos na integralidade da atenção à saúde das pessoas com deficiência**, reconhecendo-as como cidadãs iguais em direitos e diferentes em necessidades.
- Implantadas mais 11.963 equipes de Saúde da Família. Um aumento de 40% entre 2003 e 2010.
- Ampliado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – o Samu 192, que está presente em todos os estados brasileiros, com 149 centrais de regulação que abrangem 1.279 municípios. São mais de 106 milhões de brasileiros que podem contar com esse serviço. São 1.488 unidades em circulação e capacitadas em urgências e emergências obstétricas.
- Publicada a Portaria MS/GM nº 2.395 de 7 de outubro de 2009, que Institui a Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis e cria o Comitê Técnico-Consultivo para a sua implementação.

2010

- Serviços e Qualificações de Profissionais a partir do Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil no nordeste e na Amazônia Legal:

775 novos leitos de UTI serão implementados até dezembro de 2010.

16 novos bancos de leite humano e 10 postos de coleta já estão em fase de implementação.

17 oficinas de sensibilização com gestores para ampliação do número de maternidades com método canguru.

17 unidades federadas que compõem o nordeste e a Amazônia Legal já contam com Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Nasf, em sua maioria com a presença de pediatras e obstetras.

256 municípios prioritários contarão com a cobertura do Samu 192 até dezembro de 2010.

55 maternidades aderiram à rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal.

5.500 profissionais da Atenção Básica estão realizando cursos de aperfeiçoamento e especialização na educação à distância. Este número faz parte das mais de 23 mil vagas em cursos de especialização para as equipes de Saúde da Família em todo o Brasil a serem oferecidos e certificados pela rede de universidades públicas que integram a UNA SUS.

1.000 profissionais de saúde entre obstetras e enfermeiros (as) qualificados através do curso Also (Suporte Avançado de Vida em Obstetrícia).

Qualificação de profissionais na Atenção Integral a Doenças Prevalentes na Infância – Aidpi, reanimação neonatal e gestão de unidades neonatais.

47 médicos e enfermeiros realizaram estágio em UTI neonatal nas maternidades matrificadoras (Instituto Fernandes Figueira – IFF/Fiocruz/RJ, Instituto Materno Prof. Fernando Figueira – IMIP/PE, Hospital Universitário de Ribeirão Preto/SP em 2010.

62 profissionais – diretores, médicos (as) e enfermeiros (as) – realizaram visitas supervisionadas ao Sofia Feldman para conhecer a estrutura física, os protocolos clínicos e os procedimentos de trabalho.

Implementação do Plano de Qualificação da Atenção Obstétrica e Neonatal com destaque para o Apoio Institucional às 26 maternidades prioritárias da Amazônia Legal e nordeste para implementar mudanças nas práticas de saúde e promover a humanização do parto e nascimento, em comum acordo com gestores estaduais, municipais e das instituições.

34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas – Dsei e quatro assessorias de atenção à saúde indígena - Assai estão sendo preparados para a implantação da vigilância do óbito fetal, infantil, materno e por causas mal definidas.

Realizada pesquisa nos 256 municípios prioritários para avaliação da Atenção Perinatal e Depressão Pós parto.

Está prevista a entrega de 50.000 cartilhas para membros de conselhos estaduais e municipais de saúde abordando a mortalidade materna, infantil e neonatal.

Com a previsão inicial de investimento de 110 milhões, já foram investidos 330 milhões.

- Publicada a Portaria MS/GM nº 2474 de 31 de agosto de 2010 que institui Grupo Ministerial para discussão dos Objetivos de desenvolvimento do Milênio.
- Publicada a Portaria MS/GM nº 2169 de 28 de julho de 2010, que Institui Comissão Especial para elaboração de proposta de Carreira para o SUS, com vistas a buscar soluções para ausência de profissionais permanentes na atenção à saúde da população brasileira.
- Lançado pela Delegacia Brasileira o site ODM Saúde, com a presença da delegacia brasileira composta por representações da Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Política das Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos e Ministério das Relações Exteriores – Itamarati.
- Realizada a 15ª Reunião Plenária da Comissão Nacional de Monitoramento do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, instalada em 2005.

Capacitação Nacional da Rede SAMU 192 e APH fixo (UPA 24h) em desenvolvimento e que terá continuidade em 2011.

- A Capacitação Nacional da Rede SAMU 192 e APH fixo (UPA) é realizada em parceria entre o MS e o Hospital Alemão Oswaldo Cruz (São Paulo) por meio do programa Hospitais de Excelência à serviço do SUS;
 - Os módulos da capacitação foram montados em consonância com o padrão de morbimortalidade do país e também levando em consideração o Pacto da Redução da Morbimortalidade Materno-Infantil e Neonatal do Norte, Nordeste e Amazônia Legal e também com as políticas que envolvem o cidadão em situação de rua;
 - Em atenção a essas políticas, os módulos iniciais apresentados são os de “Emergências neonatais e pediátricas” e “Emergências gineológicas e obstétricas”, e ainda, “Emergências cardiológicas” e “Emergências neurológicas”, dentre outros não citados.
-
- Publicado o Suplemento III das Recomendações para terapia antirretroviral em adultos infectados pelo HIV – 2008, sobre Tratamento e prevenção.
 - Promovidas as ações nas escolas para promoção dos direitos humanos e prevenção das DST/HIV/Aids e Hepatites Virais:
 - IV – Mostra SPE – Saúde e Prevenção nas Escolas
 - Mobilização de Professores para prevenção das DST/HIV/Aids – MS/CNTE/MEC

- Implementado o Plano de Enfrentamento da Epidemia entre Gays, HSH e Travestis:
 - Lançada a Campanha "Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou"
- Lançada a Campanha "Quero Fazer"
 - Ações de Prevenção às DST/HIV/Aids, Promoção a Saúde e Direitos Humanos Durante as Comemorações do Orgulho LGBT
- Implementado o Plano de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de DST/Aids:
 - Lançada a Campanha "Camisinha, um direito seu"
 - Realizado o Projeto Rede PositHIVa
 - Realizado o Projeto Mulheres Tecendo Ações Pela Vida

Essas políticas públicas e estratégias foram elaboradas, aprovadas e estão em processo de implantação. Durante sua elaboração as instituições citadas a seguir participaram e concordaram integral ou parcialmente com o conteúdo abordado.

Agradecimentos

Ações Afirmativas em Direitos em Saúde – Ipas Brasil

Agência Nacional de Saúde Suplementar

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Aliança Mundial para o Aleitamento Materno

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

Articulação de Mulheres do Brasil

Articulação de Mulheres Negras

Associação Brasileira de Enfermagem

Associação Brasileira de Enfermagem Obstétrica

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Associação Médica Brasileira

Centro Cochrane do Brasil

Centro de Estudos em Saúde Reprodutiva de Campinas – CEMICAMP

Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM/SES/PE

Comissão de Cidadania e Reprodução – CCR.

Confederação de Mulheres do Brasil

Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/Pastoral da Criança

Conselho Federal de Medicina

Conselho Nacional de Saúde

Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria

Fundação Nacional de Saúde/Departamento de Saúde Indígena

Fundação Oswaldo Cruz

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Fundo das Nações Unidas para a População

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Grupo de Estudos sobre Aborto – GEA

Ministério da Saúde

Organização Pan-Americana da Saúde

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Rede Internacional em defesa do Direito de Amamentar

Rede Nacional de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência

Rede Nacional de Bancos de Leite Humano

Rede Nacional de Parteiros Tradicionais

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

Rede pela Humanização do Parto e Nascimento

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Presidência da República

Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República

Secretaria Especial de Direitos Humanos/Presidência da República

Sociedade Brasileira de Pediatria

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Universidade de Brasília – UnB

Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

ISBN 978-85-334-1787-8



Dísque Saúde
0800 61 1997

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs



Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

População Negra LGBT Homem Nordeste e
Aleitamento Materno Amazônia Legal
Planejamento Recém-Nascidos

Criança Familiar Mulher
Adolescência

Secretaria de Políticas
para as Mulheres

Ministério
da Saúde

